O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano V | Volume 13 | Nº 39 | Boa Vista | 2023

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7725753

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: ENGAJAMENTO DOS PESCADORES ARTESANAIS NA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS E PESCADO

Vanda Corrêa Thomé[1]

Maria Eugênia Totti[2]

Geraldo Márcio Timóteo[3]

Resumo

O artigo analisa o engajamento das comunidades da pesca artesanal, abarcadas pelo Projeto de Educação Ambiental Pescarte, na busca por seus direitos, acesso ao território e reprodução social. Os PEAs configuram um potencial de construção das bases para o exercício do controle social na elaboração e execução de políticas públicas; é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA. Neste recorte, destacamos a adoção da etnografia digital no desenvolvimento da pesquisa no contexto da pandemia pelo SARS-CoV-2. A metodologia tem abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, a partir da técnica da pesquisa-ação. Entre os resultados a pesquisa tem identificado, ainda que de forma incipiente visto que o projeto se encontra na terceira das seis fases previstas, o fortalecimento da organização social e engajamento da comunidade pesqueira nos espaços de discussão na busca pelos seus direitos e em arenas decisórias voltadas à governança das águas e pescado. No período pandêmico a ação educativa somente pode ser efetivada em razão da oferta pelos educadores socioambientais, na fase anterior do projeto, da formação em letramento digital às comunidades pesqueiras nos dez municípios abarcados pelo PEA Pescarte, e, pela garantia ao acesso às tecnologias da informação aos Sujeitos da Ação Educativa – SAEs. A concertação entre campo-pesquisa possibilitou interfaces de participação e o acesso online dos SAEs a canais e a entes governamentais tais como: vocalização em audiências públicas; acompanhamento e inserção em composição plenária ou de câmaras técnicas e fóruns intersetoriais que dialogam com as demandas da pesca. De forma continuada, tem conferido o exercício de práticas de organização social para a elaboração e implementação de Projetos de Geração de Trabalho e Renda, indispensáveis à emancipação desses sujeitos, objetivo maior da ação educativa.

Palavras Chave: Educação Ambiental; Pandemia; Pesca Artesanal.

Abstract

This article analyzes the engagement of artisanal fishing communities, covered by the Pescarte Environmental Education Project, in the search for their rights, access to the territory and social reproduction. The PEAs configure a potential for building the bases for the exercise of social control in the elaboration and execution of public policies; it is a mitigation measure required by the federal environmental licensing, conducted by IBAMA. In this excerpt, we highlight the adoption of digital ethnography in the development of research in the context of the SARS-CoV-2 pandemic. The methodology has a qualitative approach, of the case study type, based on the action-research technique. Among the results, the research has identified, albeit in an incipient way since the project is in the third of the six planned phases, the strengthening of the social organization and engagement of the fishing community in the spaces of discussion in the search for their rights and in decision-making arenas focused on governance of waters and fisheries. In the pandemic period, educational action can only be carried out due to the offer by socio-environmental educators, in the previous phase of the project, of training in digital literacy to fishing communities in the ten municipalities covered by PEA Pescarte, and, by guaranteeing access to information technologies to the Subjects of Educational Action – SAEs. The concertation between field-research enabled participation interfaces and online access by SAEs to channels and government entities such as: vocalization in public hearings; follow-up and inclusion in plenary composition or technical chambers and intersectoral forums that dialogue with the demands of fishing. On an ongoing basis, it has provided the exercise of social organization practices for the elaboration and implementation of Work and Income Generation Projects, indispensable for the emancipation of these subjects, the main objective of the educational action.

Keywords: Artisanal Fishing; Environmental Education; Pandemic.

[1] Professora aposentada do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IFF). Doutora em Sociologia Política. E-mail: vandathome@gmail.com

[2] Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutora em Ecologia e Recursos Naturais. E-mail: totti@uenf.br

[3] Professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Doutor em Sociologia. E-mail: geraldotimoteo@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental - PEA Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA. O PEA Pescarte, um dos projetos do programa de educação ambiental da Bacia de Campos/RJ, iniciado em 2014, tem como proposta o desenvolvimento de processos de mobilização da população pesqueira artesanal [os Sujeitos da Ação Educativa – SAEs] em torno da discussão sobre o licenciamento ambiental, educação ambiental crítica e organização social a partir da esfera do trabalho, via elaboração e implementação de Projetos de Geração de Trabalho e Renda – PGTRs. A esse respeito, destaca-se que os PEAs configuram um potencial de construção das bases para o exercício do controle social na elaboração e execução de políticas públicas, uma vez que propiciam a participação permanente dos cidadãos, de forma coletiva, na gestão do uso dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (QUINTAS, 2008).

Os processos educativos propostos para o licenciamento de petróleo (IBAMA, 2010, 2019) devem contribuir para que os SAEs sejam capazes de desvelar a realidade vivida, considerando distintos aspectos:

> (...) incluindo as contradições, as causas da desigualdade, da vulnerabilidade socioambiental e dos riscos a que estão sendo submetidos. Espera-se dessa forma, instrumentalizá-los, tornando-os aptos a defender seus diretos e interesses, motivando-os a reagir e a participar "como sujeitos políticos" dos espaços públicos de decisão (LAYRARGUES, 2009 *apud* SERRÃO, 2012, p. 27).

O eixo político-pedagógico que baliza esse processo educativo (Quadro 1) é também denominado de transformador, crítico ou emancipatório, como sistematizado por Lima (2002).

Quadro 1 – Eixo Político-Pedagógico do Processo Educativo Emancipatório

• Compreensão complexa e multidimensional da questão ambiental
• Defesa do amplo desenvolvimento das liberdades e possibilidades humanas e não-humanas
• Atitude crítica ante os desafios da crise civilizatória
• Politização e publicização da problemática socioambiental
• Não negar os argumentos técnico-científicos, mas por subordiná-los à uma orientação ética do conhecimento, de seus meios e fins
• Entendimento da democracia como pré-requisito fundamental para a construção de uma sustentabilidade plural
• Convicção de que o exercício da participação social e a conquista da cidadania são práticas indispensáveis à democracia e à emancipação socioambiental
• Estímulo ao diálogo e à complementariedade entre as ciências e entre as múltiplas dimensões da realidade entre si, atentando para não tratar separadamente as ciências sociais e naturais, os processos de produção e consumo, os instrumentos técnicos dos princípios ético-políticos, a percepção dos efeitos e das causas dos problemas ambientais e os interesses privados (individuais) dos interesses públicos (coletivos) entre outras possíveis;
• Uma vocação transformadora dos valores e práticas contrárias ao bem-estar público.

Fonte: Lima (2002). Adaptações próprias.

Para Loureiro (2006), tal processo se insere no campo da educação dialética em diferentes formulações de orientação marxista ou que com ela dialogue:

> (...) na busca da realização de autonomia e liberdades humanas em sociedade, redefinindo o modo como nos relacionamos com a nossa espécie, com as demais espécies e com o planeta; politização e publicização da problemática ambiental em sua complexidade; convicção de que a participação social e o exercício da cidadania são práticas indissociáveis da educação ambiental; preocupação concreta em estimular o debate e o diálogo entre ciências e cultura popular, redefinindo objetos de estudo e saberes; indissociação no entendimento de processos como: produção e consumo; ética, tecnologia e contexto sócio-histórico; interesses privados e interesses públicos; busca de ruptura e transformação dos valores e das práticas sociais contrários ao bem-estar público, à equidade e à solidariedade (LOUREIRO, 2006, p.134).

Partindo desse entendimento e pressupostos, a pergunta de partida que orienta a pesquisa em construção é: como os processos educativos propostos para o licenciamento de petróleo da Bacia de Campos contribuem para o fortalecimento dos SAEs nos espaços de poder decisório voltados à governança das águas e pescado? Desse modo, objetiva compreender como as comunidades de pesca abarcadas pelo projeto buscam ou podem buscar a ampliação de direitos, o acesso ao território e a reprodução social cotidiana e intergeracional.

O estudo propõe entre seus objetivos específicos: i) mapear os espaços de participação e organismos locais e regionais que contribuem para a organização social e produtiva dos pescadores e pescadoras artesanais das regiões Hidrográficas VI (RH - Lagos São João), VIII (RH - Macaé e das Ostras) e IX (RH - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana), nos municípios abarcados pelas ações do Pescarte; ii) identificar as principais lideranças e demandas das comunidades, suas estratégias de luta e, formas de articulação dos Sujeitos da Ação Educativa (SAEs) com atores capazes de apoiar o processo no campo técnico e político; e, iii) caracterizar a trajetória da ação participativa dos SAEs, por meio da construção de um "Atlas da Participação - PEA Pescarte".

A proposta desta agenda de pesquisa fundamentou-se, inicialmente, nos dados resultantes da tese de doutorado desenvolvida ao longo de 2014 a 2018, intitulada "A Construção da Governança das Águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana", a qual analisou o processo decisório no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – CBH BPSI. O estudo constatou a existência de um vazio de representação das comunidades de pesca artesanal no Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana – CBHBPSI (THOMÉ, 2018, p. 157).

Na concepção da gestão de recursos hídricos, cabe ao CBH, colegiado considerado como o parlamento das águas, intervir, em primeira instância, na definição dessa política pública, a qual possui uma clara interface com o modelo de desenvolvimento. As questões em debate nesse fórum perpassam mecanismos de drenagem e irrigação que afetam a produção rural e o acesso aos estoques piscosos;

construção de barragens e, ou, transposições para geração de energia, processos industriais e segurança hídrica; saneamento e ações de proteção, conservação, revitalização e despoluição dos mananciais; acesso aos financiamentos e aos recursos para a viabilização de projetos; direito de outorga e licenciamento de empreendimentos; entre outros temas de caráter socioambiental que inquietam a sociedade em geral e afetam, de forma direta, a comunidade da pesca.

Desse modo, buscar o fortalecimento da representação da comunidade pesqueira na governança colaborativa das águas e pescado, nesse e em fóruns intergestores afins, configura uma oportunidade para aprofundar aspectos importantes sobre as relações que afetam a gestão sustentável desses recursos e acesso aos demais direitos de cidadania. Refletir sobre os desafios da organização comunitária e da ação participava qualificada tem por propósito buscar caminhos para ampliar a atuação desses atores nos espaços de poder decisório e tornar-se um meio de influenciar o sistema a favor das necessidades da pesca.

PROJETO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PESCARTE

Enquanto projeto de educação ambiental, o Pescarte cumpre seu papel de medida mitigadora de impactos socioambientais negativos à medida em que:

> os sujeitos da ação educativa, ao desenvolverem essas Capacidades, participem e intervenham como sujeitos coletivos de modo qualificado na Gestão Ambiental Pública do seu Território, e nas lutas coletivas para conquista e manutenção dos direitos de cidadania sempre levado em conta as condições da realidade (ARRUDA, 1986, p. 52 *apud* QUINTAS, 2019, p. 45).

Atualmente, em sua 3ª fase, o PEA Pescarte abrange dez municípios da Bacia de Campos, no estado do Rio de Janeiro (Figura 1) contemplando a área de atuação das respectivas colônias de pescadores (Quadro 2):

Dos dez municípios abarcados pelo Pescarte, três [Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras] foram integrados recentemente, em janeiro de 2021, e se encontram na Fase 1 do projeto: "Mobilização, organização dos sujeitos da ação educativa e formação dos grupos gestores em cada município".

Os outros sete municípios [Arraial do Cabo, Cabo Frio, Campos do Goytacazes, Macaé, Quissamã, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra] integram o PEA desde 2014, e se encontram na Fase 3: "Mobilização, organização dos sujeitos da ação educativa, implantação dos PGTRs (Projetos de Geração de Trabalho e Renda) escolhidos e início da atividade produtiva". A figura 2 apresenta a proposta de ação junto aos SAEs para cada etapa.

Figura 1 – Área de abrangência do PEA - Pescarte na Bacia de Campos/RJ



Fonte: Carvalho; Totti (2021)

Quadro 2 – Municípios e Colônias de Pescadores na área de atuação do PEA Pescarte

Município	Colônia de Pescadores
Arraial do Cabo	Colônia Z5
Armação dos Búzios	Colônia Z23
Cabo Frio	Colônia Z4
Campos dos Goytacazes	Colônia Z19
Carapebus	Associação de Pescadores da Lagoa de Carapebus
Macaé	Colônia Z3
Quissamã	Colônia Z27
Rio das Ostras	Colônia Z22
São Francisco do Itabapoana	Colônia Z1
São João da Barra	Colônia Z2

Fonte: Elaboração própria. Dados adaptados do Portal FIPERJ (2021).

Em cada um dos territórios abarcados pelas ações do Pescarte, os Sujeitos das Ações Educativas se organizam na forma de grupos sócio integrativos (Quadro3): Grupo Mobilizado – GM; Grupo Gestor – GG; Grupo de Acompanhamento de Obras – GAO; Grupo de Trabalho – GT; e, Grupo Integrador – GI; em consonância com os objetivos propostos para cada fase do projeto (Figura 2).

A dinâmica vivenciada nos distintos grupos funciona como um exercício freiriano da teoria dialógica da ação, em que os "sujeitos se encontram para a pronúncia do mundo" (FREIRE, 1996) no intuito da sua transformação; o que implica no aprimoramento de habilidades socio-democráticas e

administrativas e na participação ativa para a definição e rumo da gestão dos empreendimentos. Visam a governança em rede, entendida aqui como um conjunto complexo de atores auto-organizados, que complementam mercados e burocracias, caracterizados pela confiança e cooperação mútua ao invés da competição (RHODES, 2001 *apud* RONCONI, 2011; SCHARMER, 2019).

Figura 2 - Fases do PEA Pescarte e Proposta das Ações junto aos SAEs



Fonte: PEA Pescarte (2016)

Importa destacar que o PEA Pescarte tem por objetivo principal:

> (...) fomentar, de forma participativa e ancorado nos conceitos de "economia solidária", "inclusão digital" e "geração de trabalho e renda", a organização comunitária dos grupos sociais diretamente afetados pelas atividades de produção e escoamento de petróleo e gás da Petrobras na BC – pescadores artesanais e seus familiares –, de modo a estimulá-los a criar formas alternativas, cooperativas e sustentáveis de alcançar autonomia financeira e níveis adequados de desenvolvimento humano (QUINTAS, 2019 *apud* TIMÓTEO *et al*, 2019a).

O quadro 3 apresenta as características dessa rede societária voltada a viabilização dos PGTRs. Destaca-se que todos os grupos têm um regimento interno elaborado pelos próprios SAEs.

A ideia de autonomia local, da autogestão, do desenvolvimento de modelos econômicos voltados à economia solidária e de novas formas de vida comunitária para essas comunidades de pesca são os objetivos principais das ações do projeto, como consta em sua Carta de Princípios (TIMÓTEO *et al*, 2019b).

Quadro 3 – Tipologias dos Grupos socio integrativos PEA Pescarte

Fase	Tipologia	Característica
1	Grupo Mobilizado (GM)	O GM é composto por Sujeitos da Ação Educativa mobilizados pelos EAs (Educadores Ambientais) em cada município, ao longo do primeiro ano de atuação do projeto.
2	Grupo Gestor (GG)	O GG é instituído ao final da 1ª fase, no segundo ano do projeto; é composto por, no máximo, 20 (vinte) pessoas, participantes do GM eleitos pelos seus pares. Tem dentre as suas atribuições eleger um empreendimento coletivo financiado com recursos do projeto de mitigação. É o núcleo principal de elaboração e definição do Projeto de Geração de Trabalho e Renda - PGTR a ser desenvolvido no município, de acordo com as especificidades locais.
	Grupo de Acompanhamento de Obras (GAO)	O GAO é integrado pelos líderes da comunidade, eleitos no final da 2ª fase do projeto e assumem o mandato para exercício na 3ª fase; Tem em sua composição, no máximo, 42 representações [21 titulares e 21 suplentes] com a finalidade de organizar o processo de implantação do PGTR, buscando a conquista do terreno junto à municipalidade e acompanhar as obras do empreendimento a ser implantado e a elaboração do EVTEAS - Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social.
3	Grupo de Trabalho (GT)	O GT é organizado na 3ª fase, em cada município, formado por representantes dos demais grupos para propor aspectos que envolvem a gestão dos PGTRs e acompanhar a elaboração do EVTEAS – Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Social, conforme o tipo de empreendimento.
	Grupo Integrador (GI)	O GI, assim como o GT, é instituído no início da Fase 3; é composto por um representante da pesca artesanal marinha, um da pesca continental e uma representação feminina da comunidade da pesca artesanal de cada município, oriundos do GAO (e seus respectivos suplentes). Tem por finalidade atuar em rede nos desdobramentos para a implantação dos empreendimentos, permitindo uma maior integração regional entre os pescadores.

Fonte: PEA Pescarte (2016; 2018; 2021).

O PESCARTE E O PROCESSO DA PRÁTICA PARTICIPATIVA

Delinear um cenário de mobilização, organização e emancipação dos Sujeitos da Ação Educativa - SAEs remete ao desafio de promover processos democráticos. Em termos históricos, no Brasil esse é um processo recente e, por vezes, interrompido por governos autoritários. Contudo, a Constituição Federal de 1988 demarca esse intento ao institucionalizar princípios e normas pautados em conceitos como o controle social. A constituição cidadã consagra o princípio da participação, modalidade que

passa da categoria protesto e reivindicação no período pré-abertura democrática [década de 1970 e 1980], para um cunho institucional [a partir da década de 1990] em formas de participação propositiva da sociedade civil, com foco junto ao aparato político-administrativo; uma nova forma de diálogo entre estado e sociedade (JACOBI, 2003; JACOBI; BARBI, 2007; AVRITZER, 2011; GOHN, 2019).

Na primeira década de 2000 observou-se no país a expansão dessas tipologias de participação, fruto da atuação de movimentos sociais para além das modalidades associativas, contestatórias e de ativismo partidário (AVRITZER, 2008). Também se difundiram, como ressaltado por Gurza Lavalle e Vera (2010), os conselhos gestores, conferências de políticas públicas e experiências de orçamento participativo; um aparato de "inovação democrática", agora instituídos pelo Estado, garantindo a participação da sociedade nos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas. Atualmente, tais modalidades de participação ocupam um espaço expressivo na elaboração de políticas públicas e de controle social, no entanto, há lacunas na sua implementação para que respondam de maneira satisfatória aos anseios da sociedade.

O "Dossiê Participação Política no Brasil: mudanças e permanências nos padrões de ativismo político", publicado em junho de 2021, observa a ocorrência de refluxo de certos fenômenos políticos; há um novo giro de protestos, boicotes e uma onda de apagamento/cancelamento, que tem chamado atenção dos cientistas que estudam o tema da participação (RIBEIRO; ROMÃO; SEIDL, 2021, p. 21). Contudo, esses autores também constatam que, paralelamente a esse refluxo, a estrutura de controle-cidadão por meio de conselhos mantém-se ativa em diversos setores de políticas públicas nos níveis estadual e municipal" (RIBEIRO; ROMÃO; SEIDL, 2021, p. 22); o que também inclui, as audiências públicas, a ação popular e a ação civil pública.

É dado que o processo participativo/deliberativo é um sistema complexo. Envolve aprendizado. Envolve demandas provenientes de instâncias e motivações distintas que guardam inúmeros conflitos de interesses [dentro e fora de um colegiado]:

> (...) conjuga duplamente padrões de articulação e cooperação entre atores sociais e políticos e, arranjos institucionais que coordenam e regulam transações dentro e através das fronteiras do sistema econômico; engloba mecanismos tradicionais como partidos políticos e grupos de pressão; mecanismos de redes sociais informais; e, associações de diversos tipos (THOMÉ, TOTTI, 2021, p. 209).

Não se pode perder de vista que a participação das lideranças das comunidades pesqueiras em fóruns voltados para a partilha do poder de decisão e exercício de influência política ao acesso sobre os Recursos de Uso Comum - RUCs é uma necessidade e um desafio. Envolve os dilemas da ação coletiva (OSTROM, 2000; POTEETE; OSTROM; JANSSEN, 2011); demanda a compreensão das dimensões

envolvidas na inclusão do outro (HABERMAS, 2018) e sobre os múltiplos interesses que permeiam agentes econômicos, valores e formulação de políticas.

Atrelado às disposições e, ou, limitações individuais dos agentes, muitos colegiados têm sua capacidade de governança limitada em função das dificuldades peculiares ao funcionamento dos mecanismos da democracia deliberativa; o que, em alguns casos, pode também justificar o grau de [des]interesse na participação. Paralelamente, ocorre vacância nos assentos, o que também ajuda a revelar uma "adinamia ativa" de certos setores em prol de um conjunto de interesses [diversos e contraditórios] para inibir "processos comunicativos de formação de opinião e vontade" (CHAMBERS, 2003 *apud* MARQUES, 2009, p. 21).

Sá Rego (2012), refletindo sobre a assimetria de condições para a participação dos distintos atores em fóruns consultivos e deliberativos, destaca a forma diferenciada em que essa participação se dá. Enquanto há representantes que frequentam as atividades no exercício de suas atribuições profissionais, durante o horário de trabalho, recebendo diárias, usando carros funcionais, há outros membros que:

> (...) prestam trabalho voluntário e frequentemente pagam as despesas com passagens e alimentação de seu próprio bolso, muitas vezes deixando de cumprir suas atividades profissionais, o que já limita as possibilidades de participação por critérios econômicos (SÁ REGO, 2012).

A participação tem custos. E, em tempos pandêmicos outras lides passaram a ser contabilizadas (insumos tecnológicos e habilidades/letramento digital). É notória a existência de fatores que limitam a participação em fóruns específicos (Comitês, Conselhos e/ou respectivas Câmaras Técnicas). É evidente que a condição financeira, a disponibilidade de tempo e de acesso [também digital] tendem a afetar, de forma mais contundente, setores não hegemônicos [como pescadores artesanais] e certos setores da sociedade civil.

Isto posto, e tendo a pesca artesanal e a governança democrática das águas como foco, nos distintos territórios da pesca elencados, o que essa agenda de estudo busca desvelar junto aos sujeitos da ação é como as lideranças das comunidades pesqueiras têm se engajado na gestão colaborativa das águas e do pescado e quais são as suas demandas? Como os processos educativos propostos para o licenciamento de petróleo da Bacia de Campos contribuem para o fortalecimento da participação dos SAEs nos espaços de poder decisório voltados à gestão sustentável dos recursos, água e pescado, visando a mitigação dos impactos nos territórios de atuação do Pescarte? Como as comunidades da pesca abarcadas pelo projeto buscam ou podem buscar a ampliação de direitos, o acesso ao território e a

reprodução social cotidiana e intergeracional? Quais são as estratégias de luta? Quais as inovações sociotécnicas? Quais os desafios e limitações?

A DINÂMICA DE ENGAJAMENTO DE LIDERANÇAS DE PESCADORES ARTESANAIS NA GOVERNANÇA DAS ÁGUAS E PESCADO E OS FUNDAMENTOS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS-METODOLÓGICOS

Considerando o intenso debate teórico e metodológico existente sobre participação e as diferentes tipologias classificatórias (ARNSTEIN, 1969; PIRES, 2011; BORBA, 2011; 2012; SANTOS, 2020; SANTOS, 2021) é de fundamental importância discutir tais conceitos e seus desdobramentos. A compreensão sobre a relevância e as peculiaridades das distintas tipologias, desenhos e arranjos está diretamente atrelada ao contexto e a possibilidade de inserção e atuação dos sujeitos da pesquisa.

A análise da dinâmica de inserção e atuação das comunidades pesqueiras em fóruns consultivos e deliberativos articula além dos princípios da participação e repertórios da ação coletiva, outros fundamentos políticos que envolvem a esfera pública e os pressupostos da Democracia Deliberativa - DD. Passa pela análise da estruturação de arranjos institucionais e estabelecimento de regras que definam direitos, regulem processos decisórios e instituam mecanismos para a mediação de conflitos, cooperação e, ou, construção de consensos. Passa, sobretudo, pelo processo de democratização da cidadania hídrica (CASTRO, 2016), pela reflexão sobre a inclusão do "outro" e de uma visão crítica sobre a "colonização do mundo da vida", ao que se recorre ao pensamento político habermasiano, dirigido a uma teoria da democracia pensada em termos institucionais e do agir comunicativo (HABERMAS, 2012a; 2012b; 2018); caminho que agrega a discussão proposta acerca da organização social, da ação participativa, da inclusão e do direito ao território pelas populações tradicionais.

Habermas, a partir da segunda metade da década de 80, introduz mudanças significativas no curso de suas investigações sobre a esfera pública e na ênfase sobre a questão da institucionalização. Postula que o exame do processo institucional é:

> uma investigação mais sistemática acerca do potencial político do discurso" e uma "tentativa, mais realista, de responder à questão sobre a ação recíproca entre solidariedade sociointegrativa do mundo da vida com os procedimentos no nível político e administrativo (LUBENOW, 2010, p. 231).

É do campo das mobilizações sociais e dos movimentos buscar conseguir compelir ao Estado, ou parte de seus segmentos e agentes, a necessidade do diálogo e do atendimento às suas reivindicações, questionando a centralização e distribuição do poder. A "escada de participação" de Arnstein (1969, p.

217) apresenta, nesse sentido, um conjunto de tipologias que permite visualizar e compreender melhor os níveis de poder do cidadão em decidir sobre a agenda e os resultados das políticas públicas.

No âmbito da educação ambiental crítica, suscitar práticas metodológicas que envolvam e ampliem o desenvolvimento de estratégias de formação e decisão política assume um papel central nas ações do PEA Pescarte que, ao longo das suas fases, busca a consolidação e emancipação dos processos de desenvolvimento organizativo. Tal dinâmica mobiliza uma concepção pedagógica participativa, transversal, emancipatória (FREIRE,1981; FREIRE; NOGUEIRA 2002; SANTOS, 1996; 2020; QUINTAS, 2004; 2006; LOUREIRO, 2006; TIMÓTEO, 2019a; 2019b) a qual permeia as ações vivenciadas no campo pelos Educadores Ambientais junto aos Sujeitos da Ação.

A produção de Ostrom, e outros autores que discutem o gerenciamento de recursos de uso comum (RUCs) em torno de alternativas para a gestão centralizadora sobre os modelos de propriedade desses bens (OSTROM, 2000, 2008; POTEETE; OSTROM; JANSSEN, 2011), também fundamentam teoricamente essa agenda de pesquisa no sentido de alçar a cooperação como perspectiva para a ação coletiva. O valor "cooperação" pode ser entendido como:

> (...) parte do processo que envolve a interação humana na busca por respostas e soluções para seus problemas comuns, realizando objetivos comuns, produzindo resultados através de empreendimentos coletivos fundamentados em interesses comuns (PEREIRA; CABRAL; PEREIRA, 2015, p. 115).

Sobretudo, agrega a concepção de Amartya Sen sobre o conceito de desenvolvimento, para o qual consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e a oportunidade de exercer sua condição de agente; e, onde a participação é parte constitutiva do processo social em desenvolvimento (SEN, 2010), imprescindível para a reprodução social cotidiana e intergeracional e para a emancipação desses sujeitos.

CONSTRUÇÃO DA AGENDA DE PESQUISA

Em face ao "novo normal", imposto pela crise sanitária frente à pandemia deflagrada pelo novo coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave - SARS-CoV-2 (SENHORAS, 2020), adaptações no lócus e na metodologia se fizeram necessárias. O percurso presencial no território que era tido, no início da pesquisa, como a condição para estabelecer os contatos preliminares com os sujeitos da ação educativa (SAEs) foi substituído por uma incursão digital permanente.

Por meio dos links acessados para os encontros com os SAEs, com os Educadores Ambientais e Pesquisadores [a partir dos diferentes arranjos do PEA Pescarte], as referências para as temáticas do

estudo se ampliaram em extensão, complexidade e profundidade; correspondendo ao lugar onde se inicia o emprego de uma pouco conhecida etnografia virtual. O deslocamento por diversas plataformas de interação permitiu conhecer outros arranjos; proporcionou o acompanhamento, participação e colaboração em diversos processos, e em territórios distintos, e frequentemente em tempo real. Motivou interesses, suscitou questionamentos e promoveu aprendizado.

A pesquisa tomou corpo e direção ao assumir que o olhar inicialmente circunscrito à observação do engajamento de lideranças das comunidades pesqueiras em fóruns participatórios inseridos na Região Hidrográfica IX (Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana), na primeira versão da proposta de trabalho, foi ampliado para toda a área de abrangência do PEA Pescarte.

Com vistas a responder as questões de partida da pesquisa foi elaborado um instrumento de coleta de dados para um mapeamento inicial. O questionário passou por validação interna entre os pares; e, em seguida, foi aplicado um pré-teste com uma amostra não probabilística [como piloto]. A partir das informações, críticas e sugestões compartilhadas pelos respondentes, pela avaliação de especialistas e pautado na propositura de Barbier (1998) e Richardson (2017) sobre a escuta sensível e de não ter medo de enfrentar as próprias insuficiências, o instrumento passou por (re)visões e adequações [forma e conteúdo] a fim de alcançar os sujeitos da pesquisa.

Para além do questionário, sendo uma proposta de pesquisa participativa com abordagem quali-quanti em um estudo do tipo estudo de caso, para que se alcance a compreensão dos processos vivenciados nos territórios faz-se necessário a utilização de multimétodos. Assim, na busca desse desvelamento da realidade, o trajeto metodológico também contempla, ao longo das etapas, pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, observação participante (acompanhando os distintos grupos sócio integrativos do projeto), visitas técnicas e de campo, entrevista, grupo focal e pesquisa-ação.

Pesquisa-ação, neste estudo, é entendida a partir da perspectiva de Lewin, psicólogo alemão criador da Teoria de Campo e Teoria da Dinâmica dos Grupos, para o qual é uma ação realista, sempre acompanhada de uma reflexão autocrítica objetiva e de uma avaliação dos resultados. Cabe ainda ratificar que a proposta não está restrita a uma forma de ação voltada ao ativismo (RICHARDSON, 2017); mas, busca ampliar o conhecimento do pesquisador, das pessoas e, sobretudo, dos grupos impactados pelo processo de licenciamento ambiental da indústria de petróleo e gás, contribuindo para o "nível de consciência" (THIOLLENT, 1986, p. 16).

Cabe também destacar que o estudo se pauta na concepção freiriana de pensar a prática (FREIRE, 1981; FREIRE; NOGUEIRA, 2002) nas distintas dimensões que envolvem as estratégias, as formas de resistências e ações reflexivas e cognitivas de corpos em busca da organização maior do saber

e do fazer no território. Nesse sentido, também dialoga com Milton Santos, para o qual o conceito de território consiste em:

> um espaço que deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento (SANTOS, 1988, p. 10).

É onde a vida acontece e onde os processos sociais do cotidiano se desenvolvem. Lugar onde as pessoas vivem trabalham, circulam, se divertem, se reconhecem. Dele faz parte ambientes construídos e ambientes naturais, sendo sobretudo, um espaço de relações de poder, de informações e de trocas (SANTOS, 1994, p. 44). É um espaço de pertencimento em constante transformação. Da mesma forma, a construção da proposta metodológica dessa agenda de pesquisa é um fazer e refazer, "andante, aprendente e ensinante" (FREIRE, 1993) que tem como objetivo final de aprimorar a prática (TRIPP, 2005), "junto e com" os SAEs, nos territórios de pesca inseridos no Pescarte, em parceria com os educadores ambientais, pesquisadores e demais atores capazes de apoiar o processo.

RESULTADOS ALCANÇADOS E CAMINHOS A PERCORRER

Um resultado preliminar dessa trajetória, e citado na seção anterior, foi a necessidade do realinhamento da metodologia da pesquisa e também do lócus. Etapas foram antecipadas; outras adiadas. Novos ambientes foram viabilizados e atores foram incorporados. O isolamento físico compulsório em virtude da pandemia resultou numa expansão digital e exploração de outros espaços, produzindo como externalidade positiva a possibilidade de uma intensa imersão no campo, ainda que de forma remota; proporcionando um tipo de etnografia que tem facultado o acompanhamento sistemático dos sujeitos da pesquisa e dos diversos núcleos do projeto, apreendendo sua engenharia, reconhecendo suas especificidades [demandas, potencialidades, fragilidades, performances, ritmos e mecanismos] e, por vezes vivenciando, nos distintos arranjos e territórios, os conceitos teóricos voltados à operacionalização da pesquisa; o que também concorre para assimilar a concepção da "Ecologia dos Saberes" (SANTOS, 2021).

O momento atual do percurso metodológico está voltado a aplicação de um instrumento de coleta de dados às três categorias envolvidas nas ações do Projeto de Educação Ambiental Pescarte: 1) Sujeitos da Ação Educativa, prioritariamente; 2) Pesquisadores e, 3) Educadores Ambientais [que entendemos como os atores sociais fundamentais implicados no apoio ao processo de engajamento dos SAEs nos espaços de participação]. O objetivo do primeiro bloco de perguntas é a identificação do perfil

dos participantes. O segundo bloco visa apreender a percepção dos respondentes sobre os problemas enfrentados pela comunidade de pesca. O terceiro bloco investiga as possíveis tipologias de participação e engajamento social praticados pelos respondentes.

Após esse mapeamento inicial, a perspectiva é dar seguimento ao modelo circular/espiral do processo da pesquisa participativa visando realizar grupos focais e entrevistas de maior profundidade com as principais lideranças identificadas nos municípios, a fim de caracterizar a trajetória da ação participativa durante as seis fases do projeto, analisando a possível evolução das interfaces socioestatais de participação dos SAEs, suas articulações com distintos agentes, segmentos e setores, inovações sociotécnicas, formas de resiliência e de atualização de valores, saberes e fazeres.

NOTAS FINAIS

O desenvolvimento da pesquisa durante o período pandêmico, bem como a ampliação do seu escopo e a adoção da etnografia virtual foi possível em razão do trabalho desenvolvido pelos Educadores Ambientais, na primeira e segunda fase do Projeto, em que os SAEs foram contempladas com oficinas de letramento digital e de educação ambiental crítica, formação em cooperativismo, entre outras ações de mobilização e organização dos Sujeitos da Ação Educativa voltados para a implantação dos arranjos produtivos locais e construção de habilidades sócio democráticas.

Neste recorte apresentado consideramos que a oferta de letramento digital aos SAEs e a garantia de acesso às tecnologias da informação (equipamentos e serviços, como celular e pacote de dados móveis) a todos os membros dos grupos sócio integrativos do PEA Pescarte, foram cruciais para abrir caminho às novas formas de aprendizagem social.

A dinâmica e a concertação entre campo-pesquisa tem possibilitado interfaces de participação e o acesso dos sujeitos da ação educativa a canais e a entes governamentais tais como: vocalização em audiências públicas; acompanhamento e inserção em composição plenária ou de câmaras técnicas, em fóruns intersetoriais que dialogam com as demandas da pesca; e, construção coletiva de propostas e apontamento de prioridades para a aplicação de recursos públicos junto ao orçamento participativo. De forma continuada, tem conferido o exercício de práticas de organização social para a elaboração e implementação de Projetos de Geração de Trabalho e Renda - PGTRs, indispensáveis à emancipação desses sujeitos.

REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S. R. “A ladder of citizen participation”. **Journal of the American Planning Association**, vol. 35, n. 4, 1969.

AVRITZER, L. “A Qualidade da Democracia e a Questão da Efetividade da Participação: mapeando o debate”. *In*: PIRES, R.R.C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

AVRITZER, L. “Instituições participativas e desenho institucional”. **Opinião Pública**, vol. 14, n. 1, 2008.

BARBIER, R. “A Escuta Sensível na Abordagem Transversal”. *In:* BARBOSA, J. (coord.). **Multirreferencialidade nas Ciências e na Educação**. São Carlos: Editora da UFSCar, 1998.

BORBA, J. “Participação Política como Resultado das Instituições Participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação”. *In*: PIRES, R. R. C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 2011.

BRASIL. **Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002**. Brasília: Planalto, 2002. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2023.

BRASIL. **Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999**. Brasília: Planalto, 1999. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/01/2023.

CARVALHO, V.; TOTTI, M. E. “Mapa da área de abrangência do PEA - Pescarte na Bacia de Campos”. *In*: PROJETO PESCARTE. **Relatório Pesquisa Trimestral PEA Pescarte**. Rio de Janeiro: Projeto Pescarte, 2021.

CASTRO, J. E. **Água e democracia na América Latina**. Campina Grande: Editora da UEPB, 2016

CHAMBERS, S. “A Teoria Democrática Deliberativa”. *In*: MARQUES, A. C. S. (org.). **A deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

FIPERJ - Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro. “Entidades do Setor”. **Portal FIPERJ** [2021]. Disponível em: <www.fiperj.rj.gov.br>. Acesso em: 21/01/2023.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A. **Que Fazer**: teoria e prática em educação popular. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOHN, M. G. “Teorias sobre a Participação Social; desafios para a compreensão das desigualdades sociais”. **Caderno CRH**, vol. 32, n. 85, 2019.

GURZA LAVALLE, A.; VERA, E. I. **A innovación democrática en América Latina**: Tramas y nudos de la representación, la participación y el control social. Ciudad de México: CIESAS, 2010.

HABERMAS, J. **A Inclusão do Outro**: estudos de teoria política. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012a.

HABERMAS, J. **Teoria do Agir Comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2012b.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recurso Naturais Renováveis. **Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA n. 01, de 13 de julho de 2010**. Brasília: IBAMA, 2010. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 23/01/2023.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recurso Naturais Renováveis. **Guia para elaboração dos programas de educação ambiental no licenciamento ambiental federal**. Brasília: IBAMA, 2019. Disponível em: <www.ibama.gov.br>. Acesso em: 23/01/2023.

JACOBI, P. R. "Espaços Públicos e Práticas Participativas na Gestão do Meio Ambiente no Brasil". **Sociedade e Estado**, vol. 18, n. 1, 2003.

JACOBI, P. R.; BARBI, F. "Democracia e participação na gestão dos recursos hídricos no Brasil". **Revista Katálysis**, vol. 10, n. 2, 2007.

LAYRARGUES, P. P. "Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades". *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). **Repensar a educação ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Editora Cortez, 2009.

LIMA, G. F. C. "Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória". *In*: LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (orgs.). **Educação ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. "Complexidade e Dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental". **Educação e Sociedade**, vol. 27, n. 94, 2006.

LUBENOW, J. A. "Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos". **Kriterion**, vol. 51, n. 121, 2010.

MARQUES, A. C. S. **A deliberação Pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

OSTROM, E. "The Challenge of Common-Pool Resources". **Environment: Science and Policy for Sustainable Development**, vol. 50, 2008.

OSTROM, E. **El Gobierno de los Bienes Comunes**: La evolución de las instituciones de acción colectiva. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica de México, 2000.

PEA PESCARTE. **1ª Reunião de Avaliação e (Re) alinhamento**. Rio de Janeiro: PEA Pescarte, 2021.

PEA PESCARTE. **Plano de Trabalho para a 3a Fase do Projeto PEA PESCARTE**. Rio de Janeiro: PEA Pescarte, 2018.

PEA PESCARTE. **Plano de Trabalho para o Segundo Ciclo do Projeto PESCARTE**. Rio de Janeiro: PEA Pescarte, 2016.

PEREIRA, J. R.; CABRAL, E. H. S.; PEREIRA, J. R. "Gestão Social e Governing the Commons: a cooperação como elo de convergência". **Revista de Ciências da Administração**, vol. 17, n. 43, 2015.

PIRES, R. R. C. “Participação, Exclusão e Território: estratégias para a análise dos efeitos distributivos das instituições participativas”. *In:* PIRES, R. R. C. (org.). **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 2011.

POTEETE, A. R.; OSTROM, E.; JANSSEN, M. A. **Trabalho em Parceria**: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos. São Paulo: Editora Senac, 2011.

QUINTAS, J. S. “Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública: a construção do ato pedagógico”. **Portal do ICMBIO** [2008]. Disponível em: <www.icmbio.gov.br> Acesso em: 12/01/2023.

QUINTAS, J. S. “Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória”. *In:* LAYRARGUES P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

QUINTAS, J. S. “O Pescarte e as Concepções Estruturantes da Educação Ambiental Na Gestão Ambiental Pública”. *In:* TIMÒTEO, G. M. *et al.* (org.). **Educação ambiental com participação popular**: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes: Editora UENF, 2019.

RIBEIRO, E. A.; ROMÃO, W.; SEIDL, E. “Dossiê: Participação Política No Brasil: mudanças e permanências nos padrões de ativismo político”. **Revista Estudos de Sociologia**, vol. 26, n. 50, 2021.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

RONCONI, L. F. A. **Secretaria Nacional de Economia Solidária**: uma experiência de governança pública (Tese de Doutorado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 2008.

SÁ REGO, V. V. B. “Reflexões Sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro a partir da Implementação dos Comitês de Bacia Hidrográfica”. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, vol. 6, n. 2, 2012.

SANTOS, B. S. **O Fim do Império Cognitivo**: a afirmação das epistemologias do sul. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020.

SANTOS, B. S. **O Futuro Começa Agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Editora Boitempo, 2021.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da Geografia. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Técnica, Espaço, Tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SCHARMER, O. **Liderar a Partir do Futuro que Emerge**: a evolução do sistema econômico ego-cêntrico para o eco-cêntrico. Rio de Janeiro: Editora Altas, 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 2010.

SENHORAS, E. M. **COVID-19**: Saúde da Mente e do Corpo. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

SERRÃO, M. A. **Remando contra a maré**: o desafio da educação ambiental crítica no licenciamento ambiental das atividades marítimas de óleo e gás no Brasil frente à nova sociabilidade da terceira via

(Tese de Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Editora Cortez, 1986.

THOMÉ, V. C. **A construção da governança das águas no Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana** (Tese de Doutorado em Sociologia Política). Campos dos Goytacazes: UENF, 2018.

THOMÉ, V. C.; TOTTI, M. E. "Gerenciamento e governança das águas no Brasil: padrões de interação Estado-sociedade". *In*: TOTTI, M. E.; BALSA, C. (orgs.). **Gerenciamento e governança de recursos naturais na América Latina**: conflitos e atores sociais. Campos dos Goytacazes: Editora Brasil Multicultural, 2021.

TIMÓTEO, G. M. *et al.* **Economia solidária e desenvolvimento social**: perspectivas e desafios no contexto da educação ambiental. Campos dos Goytacazes: Editora da UENF, 2019b.

TIMÓTEO, G. M. *et al*. **Educação ambiental com participação popular**: avançando na gestão democrática do ambiente. Campos dos Goytacazes: Editora da UENF, 2019a.

TOTTI, M. E. **Governança das Águas no Estado do Rio de Janeiro**: elos, nós e caminhos. Campos dos Goytacazes: Editora Brasil Multicultural, 2020.

TOTTI, M. E.; BALSA, C. **Gerenciamento e Governança de Recursos Naturais na América Latina**: conflitos e atores sociais. Campos dos Goytacazes: Editora Brasil Multicultural, 2021.

TOTTI, M. E.; SOFFIATI, A. (orgs.). **Gestão de Águas no Baixo Paraíba do Sul**: região hidrográfica IX do Estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes: Editora Essentia, 2014.

TOTTI, M. E.; THOMÉ, V. C. "Governança no comitê de bacia hidrográfica do baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: efetividade da lei e importância do tema para a agenda pública". **Revista de Políticas Públicas**, vol. 24, n. 1, 2020.

TOTTI, M. E.; THOMÉ, V. C. "Governança no comitê de bacia hidrográfica do baixo Paraíba do Sul e Itabapoana: efetividade da lei e importância do tema para a agenda pública". **Revista de Políticas Públicas**, vol. 24, n. 1, 2020.

TRIPP, D. "Pesquisa-ação: uma introdução metodológica". **Educação e Pesquisa**, vol. 31, n. 3, 2005.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano V | Volume 13 | Nº 39| Boa Vista |2023

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima